



DOSSIÊ



Entre o *Hard* e o *Soft*: disparidades de gênero na concessão de bolsas de produtividade do CNPq

Carolina Giordano Bergmann, *Instituto Federal Catarinense*

Resumo. Este artigo analisa, através da lente analítica de gênero e sob a ótica de Donna Haraway (2009), com os “saberes localizados”, e das epistemologias feministas, a sub-representação das mulheres na ciência brasileira: a distribuição de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq, que são um dos símbolos de prestígio e reconhecimento científico no Brasil. O artigo também compara esse acesso e sub-representação na ciência com outro campo fortemente masculino: o da política. A partir da análise dos dados entre 2021 e 2023, o texto explora conceitos como o *Efeito Matilda*, *labirinto de cristal*, o *teto de vidro* e o *efeito tesoura*, critérios de “neutralidade” e “objetividade”, demonstrando que a participação das mulheres diminui conforme se avança para os níveis mais altos da carreira científica. Fundamentada em estudos feministas da ciência, os dados revelam que são os homens brancos os principais destinatários das bolsas de maior prestígio (PQ-1A), enquanto são as mulheres, em particular as pretas e indígenas, que enfrentam uma exclusão mais severa nesses níveis. Por fim, o trabalho propõe a valorização dos “saberes localizados” (Donna Haraway, 2009) como alternativa para uma ciência mais ética, plural e engajada.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e Ciência. Saberes Localizados. Bolsa Produtividade



Introdução¹

Quando falamos em ciência, algumas palavras e imagens surgem imediatamente na nossa mente. Como apontou Londa Schiebinger em seu livro pioneiro “O Feminismo mudou a Ciência” (2001), a primeira delas talvez seja a imagem de um homem branco com cabelo desgrenhado, jaleco branco, um pouco excêntrico, mexendo em equipamentos esquisitos dentro de um laboratório. Outro estereótipo muito presente é o de que a ciência é racional, objetiva e neutra, que não defende lados, que é feita de coisas que são possíveis de medir e de experimentos que são possíveis de se replicar, obtendo-se sempre os mesmos resultados.

Este entendimento, de senso comum, de que a ciência é masculina e branca e que seria universal, imparcial e neutra, na verdade, mostra que foram as perspectivas dominantes na ciência (que não são neutras), as que historicamente ocuparam este lugar de privilégio de saber, colocando-se como as proprietárias deste lugar. Desenvolvida no século 19 nos países coloniais do norte global, por muito tempo, esta ciência hegemônica foi um espaço proibido às mulheres. As perspectivas e formas de produzir conhecimento valorizadas pelos homens acabaram ditando as características que uma ciência séria e verdadeira deveria ter e por isso foram consideradas universais². O próprio conceito universal de Homem como sinônimo de humanidade (que englobaria homens e mulheres) remete à historicidade deste conceito, formulado e representando o homem “(...) branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência”, como bem lembra Margareth Rago (1998, p. 25). Conforme Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, essas perspectivas dominantes “(...) são também perspectivas parciais e posicionadas, mas foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como ‘humanas’ e ‘cidadãs’” (Miguel e Biroli, 2014, p. 14) que definiram o que é ciência até o final do século 20.

¹ Este artigo contém partes retiradas da minha tese “*Eu nunca pedi licença para estar nesses espaços. Eu só fui ocupando*”. Reitoras na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

² Assim como o termo homem é considerado universal, representando todos os seres humanos.

As mulheres, porém, nunca estiveram totalmente “fora” da ciência, mas foram poucas as que conseguiram acessar este espaço até a primeira metade do século 20, e as poucas que nele adentraram tiveram de lidar com inúmeras situações adversas, como é o caso mais conhecido da física Marie Curie. A presença de mulheres no campo científico aumentou com o passar do tempo, mas uma situação passou a ser muito comum no campo científico e foi definida por Margaret Rossiter (1993) de *Efeito Matilda*. Isto é, quando um homem se apropria e ganha crédito pelo trabalho científico que foi feito por uma mulher. Em muitas situações, as pesquisas desenvolvidas por mulheres não são reconhecidas, sendo as cientistas apagadas e invisibilizadas pela história. Margaret Rossiter cita vários casos ao longo da história em que isto aconteceu. Um deles é o de Lise Meitner, “(...) que trabalhou por décadas com Otto Hahn na Alemanha e quem, em 1939, percebeu que o que eles haviam feito, mas não conseguiam explicar, era, na verdade, a fissão nuclear”³ (Rossiter, 1993, p. 329) e que não foi reconhecida, em 1944, quando apenas ele recebeu o Prêmio Nobel por esta descoberta.

Atualmente, há uma tentativa de resgatar a memória e contribuição das mulheres para o conhecimento científico, desvelando o papel que muitas delas tiveram como colaboradoras de projetos, pesquisadoras, técnicas, mas que tiveram seus feitos minimizados, ocultados, roubados ou até apagados. Publicações de livros infantis, de peças de teatro, filmes e artigos científicos têm buscado recuperar estas histórias apagadas e dar o devido crédito ao trabalho das mulheres na ciência. Alguns exemplos são o próprio texto de Margaret Rossiter (1993); os livros *As Cientistas: 50 Mulheres que Mudaram o Mundo*, de Rachel Ignofsky, e *101 Mulheres Incríveis que Transformaram a Ciência*, de Claire Philip, e os artigos *Um olhar de gênero sobre a história das mulheres na Antropologia brasileira: Ruth Cardoso e Eunice Durham* (Bruna Klöppel, Miriam Grossi, 2020) e *À sombra dos homens: a participação de mulheres na Biologia no Sul do Brasil* (Felipe Fernandes, Caterina Rea, Miriam Grossi, 2020).

Uma outra característica das ciências é a de ser dividida por grandes áreas e sub-áreas do conhecimento. No Brasil, por exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fez a divisão da seguinte forma: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências

³ “(...) who worked for decades with Otto Hahn in Germany and who, in 1939, realized that what they had done but could not explain was in fact nuclear fission”.



Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes; Multidisciplinar. De acordo com a CAPES, essa classificação tem “(...) finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia” (CAPES, 2024). A divisão por áreas de conhecimento tem impactos diretos na produção científica, pois elas determinam também o direcionamento de temas prioritários para o fomento e isto evidencia quem receberá as maiores fatias desse bolo orçamentário (bem restrito no caso do Brasil).

Essa divisão por áreas do conhecimento e, por consequência, do orçamento destinado à pesquisa, precisa ser observada também de forma interseccional, visto que gênero, de acordo com Joan W. Scott (1990) é algo que constitui as relações sociais com base nas diferenças entre os sexos, mas também dá significado às relações de poder. As mudanças que ocorrem na organização das relações sociais geram mudanças nas relações de poder e isso é central na definição das desigualdades de gênero. Para Kimberlé Crenshaw (2002), a interseccionalidade é considerar nas análises que as pessoas são atravessadas por diferentes marcadores e que eles estão interligados. Quando Crenshaw fala das mulheres e da opressão de gênero que essas mulheres sofrem, ela lembra que “(...) outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (Crenshaw, 2002, p. 173). Quando se fala em observar esta divisão da ciência tendo em conta a interseccionalidade, é porque os efeitos dessa divisão não são neutros: afetam de maneira distinta mulheres e homens, pessoas com deficiência, pesquisadoras e pesquisadores que atuam em capitais ou no interior, bem como pessoas negras e brancas. Assim, as desigualdades estruturais atravessam a própria lógica de financiamento da ciência, reforçando ou atenuando barreiras de acesso e de reconhecimento em diferentes campos de produção do conhecimento. Partindo destas premissas, a proposta deste artigo é analisar algumas dessas desigualdades no campo científico brasileiro comparando as posições e os recursos obtidos por homens e mulheres cientistas.

Uma comparação: Ciência e Política

Uma autora de referência que questiona as perspectivas dominantes (e masculinas) na ciência e que serve de base para a análise feita nessa pesquisa é Donna Haraway (2009) através dos conceitos de *saberes localizados e perspectiva parcial de conceitos* que têm contribuído para a realização de pesquisas feministas engajadas. Haraway ensina que as pesquisadoras(es) (e também as pesquisadas(os)) partem de saberes e perspectivas localizadas e não há como se desvincular delas no momento da coleta, análise dos dados e das demais etapas de uma pesquisa, questionando, desta forma, esta noção de neutralidade, imparcialidade e objetividade da ciência: “os adeptos da construção social deixam claro que as ideologias oficiais sobre a objetividade e o método científico são péssimos guias, particularmente no que diz respeito a como o conhecimento científico é realmente fabricado” (Haraway, 2009, p. 9).

Segundo a autora, os corpos que produzem esta ciência não estão desvinculados da sua produção e, por isto, os saberes produzidos seriam situados (social e historicamente) e parciais: a neutralidade não existe porque todos nós falamos de um determinado lugar. Djamila Ribeiro (2017, p. 71) amplia esta proposta, inserindo a questão racial, quando afirma: “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre este lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.

Nesta perspectiva de ciência para o feminismo, o saber que é elaborado emerge de uma visão que está situada socialmente, politicamente e fisicamente em um determinado corpo. “Tomar a nós mesmas como ponto de partida permite situar o que nos interessa, o que nos cabe, de onde e por que falamos/escrevemos, localizando, assim, as fronteiras entre o que conhecemos e o que não conhecemos” (Vianna, 2022, p. 97).

A teoria feminista também é dotada de objetividade científica, só que esta objetividade não está ligada a neutralidade e imparcialidade, mas na corporificação, no saber localizado. Esta perspectiva parcial não-neutra, engajada, politizada e subjetiva é entendida como condição para a construção do conhecimento. “As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada,



mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (Haraway, 2009, p. 15). É também uma luta por mais espaço e reconhecimento das mulheres no campo científico e pela própria integridade e pluralidade do fazer científico.

A divisão da ciência em áreas do conhecimento sofre uma simplificação quando usada no cotidiano e também pelo senso comum. É muito frequente ouvir alguém justificar sua falta de habilidade com matemática recorrendo ao argumento “sou de humanas”. O contrário também acontece: a dificuldade em interpretar ou escrever textos é muitas vezes justificada com um “sou de exatas”, geralmente em associação à área de formação da pessoa que se pronuncia. O que costumeiramente ocorre é que as ciências exatas e da natureza, também conhecidas como *hard sciences*, são lidas como as ‘ciências verdadeiras’, visto que atenderiam aos critérios e perspectivas historicamente definidos pelos homens cientistas: racionalidade, neutralidade e objetividade — atributos simbolicamente codificados como masculinos. Já as ciências sociais e humanas, reconhecidas como as *soft sciences*, “não seriam tão científicas assim”, sendo consideradas um campo **feminizado**. Como já mencionado, essa divisão da ciência tem um impacto direto no prestígio que algumas áreas do conhecimento tem e, por consequência, nos financiamentos disponíveis para o desenvolvimento das pesquisas: as áreas lidas como masculinas (*hard*) contam com maior prestígio e financiamento, enquanto as mulheres se concentram majoritariamente nas áreas com menos recursos (*soft*)."

Essa divisão de áreas também aparece em outro campo reconhecido por ser extremamente masculino, que é a política, onde também há uma divisão entre campos *hard* e *soft*.

Ao analisar as diferenças nas formas de atuação parlamentar de mulheres e homens, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli dividiram essas ações em três categorias:

hard politics, *soft politics* e *middle politics*. Por *hard politics* considera-se o núcleo central do processo político, em

especial o exercício de poder de Estado e a gestão da economia; *soft politics* refere-se a assuntos mais voltados para o social; *middle politics*, temas que permitiam abordagens mistas, como “previdência social”, que inclui tanto preocupações com os pensionistas quanto com as contas públicas” (Miguel; Biroli, 2011, p. 111).

Analisando a presença de homens e mulheres em comissões nas legislaturas entre 1999 e 2006, Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2011, p. 112) observaram esta relação: “entre as deputadas, 85,9% participaram de comissões vinculadas a *soft politics*, mas apenas 55,4% dos homens as integraram. Nas comissões de *hard politics*, as posições se invertem: 74,5% dos homens e 46,9% das mulheres participaram delas”. Também é possível traçar um paralelo entre ciência e política quando se analisa a presença de mulheres na gestão acadêmica. Um exemplo foi dado por Márcia Moura (UnB), primeira reitora da Universidade Federal de Brasília (UnB) no período de 2016 a 2024, no evento “II Jornada Feminismos Decoloniais em Questão: a gestão das mulheres das universidades”, realizado em 16 de março de 2022⁴. Em seu depoimento, ela conta que, pela primeira vez na história de sua instituição, o orçamento foi comandado por mulheres, sendo que esta gestão também se caracteriza por decisões que envolvem questões consideradas *soft* e *hard*.

A literatura sobre as mulheres na ciência apresenta as várias dificuldades que as mulheres enfrentam para ingressar, permanecer e progredir no campo científico (Löwy, 2020; Schiebinger, 2001) e que são comuns às dificuldades que as mulheres encontram na política. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010 e 2014) apontam alguns dos obstáculos que as mulheres encontram ao tentarem ingressar no campo da política, como a socialização diferenciada entre meninos e meninas, bem como a construção do campo da política como sendo algo a ser ocupado quase que exclusivamente por homens. Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001) apresentam outro obstáculo que as mulheres enfrentam, que é o de atenderem a determinadas exigências que são feitas apenas para elas, em geral ligadas a sua aparência e beleza e ao bom cumprimento do seu papel de mãe e esposa. Essas cobranças podem resultar em um sentimento de incompletude com relação à política,

⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Y3kfoSnfZ6A>.



fazendo com que as mulheres não se sintam aptas a ocuparem esse espaço quando se sentem falhas em relação a essas exigências.

Outro desses fenômenos é o que Londa Schiebinger (2001) denominou *teto de vidro*, que seria a progressão mais lenta, ou até mesmo a não progressão das mulheres nos níveis da carreira mais altos e de maior prestígio tanto no campo científico quanto no político.

Labirinto de Cristal, categoria proposta por Betina Lima (2013), avança no sentido de mostrar que não é só um “teto”, uma barreira final, mas uma sucessão de obstáculos ao longo da carreira.

Estes dois fenômenos fazem com que as mulheres cheguem até um determinado degrau na carreira, mas dificultam ou até impedem o avanço para os degraus mais altos. Também há outros fatores como o machismo; as diversas violências vividas tanto nas universidades e laboratórios quanto nos parlamentos; a maternidade, o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico, todos entendidos como de responsabilidade quase que exclusivamente das mulheres, o que diminui consideravelmente o tempo que elas dispõem para se dedicar a suas carreiras científicas ou políticas. Isso não significa que as mulheres estejam ausentes da política, assim como não estiveram da ciência, mas, como aponta Flávia Biroli, sua “... atuação é dificultada e, quando existente, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários. O desequilíbrio de influência entre diferentes grupos é o que a análise feminista das democracias submete ao escrutínio crítico” (Biroli, 2018, p. 182).

Além dessas dificuldades, uma outra semelhança entre o campo da política com o campo científico diz respeito à socialização e ao estímulo para as meninas e mulheres participarem destes dois campos de poder. “Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar” (Miguel e Biroli, 2014, p. 94). Assim como as meninas são educadas para acreditarem que a ciência não é para elas, o mesmo ocorre com a política. Isso acaba afastando as mulheres não apenas da política partidária, mas de outros cargos representativos em outras esferas da vida. Para Miguel e Biroli (2010, p. 665-666), “(...) a principal barreira à igualdade entre os sexos nas esferas de decisão política reside em mecanismos de socialização, que fazem com

que as mulheres não se sintam chamadas a ingressar nas disputas eleitorais”.

Feita esta comparação entre as barreiras que as mulheres enfrentam no campo da política com o campo científico, analisaremos a seguir, mais particularmente, como elas se expressam no campo da ciência brasileira.

As bolsas de produtividade (Bolsas PQ)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é um dos órgãos responsáveis por fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação no País e uma das formas pelas quais faz isso é por meio de edital de bolsas de Produtividade em Pesquisa, conhecidas também por bolsas PQ, que constituem uma modalidade de fomento que traz muito reconhecimento e prestígio no campo científico.

Diferentemente de editais, que financiam projetos sobre temas e/ou áreas específicas, a bolsa de produtividade é destinada a/ao pesquisador/a individualmente. Ela é um reconhecimento da “consistência da produção científica” e da liderança do acadêmico em sua área, conferindo um status de elite científica a quem a recebe, sinalizando que foi avaliado e aprovado por seus pares nos Comitês de Assessoramento (CAs).

A dinâmica dessas bolsas opera por meio de um sistema competitivo de “comparação entre pares”, em que a produção intelectual, a formação de recursos humanos (computada pelas orientações de graduação e pós-graduação) e a inserção internacional são quantificadas e qualificadas. Iniciada em 1976, esta política se tornou uma das mais disputadas no campo científico brasileiro, tendo passado por diferentes reformulações ao longo das últimas cinco décadas.

Recentemente, os níveis de classificação foram reestruturados pela Resolução CNPq nº 12/2024, simplificando a antiga estratificação (1A, 1B, 1C, 1D e 2) para três níveis, com as seguintes especificações, que buscam refletir a maturidade da carreira científica no Brasil:

- **Nível C (Entrada/Intermediário):** Foca na produtividade e orientações dos últimos cinco anos. É a porta de entrada para pesquisadores que já demonstram regularidade, mas estão em fase de consolidação. A bolsa dura 36 meses.



- Nível B (Consolidação): Avalia os últimos dez anos. Além da produção científica, exige-se uma contribuição crescente na formação de recursos humanos (pós-graduação) e na organização de grupos de pesquisa. A bolsa dura 48 meses.
- Nível A (Excelência/Liderança): O nível mais alto (antigo 1A), com duração de 60 meses. Reservado para pesquisadores com liderança consolidada. A avaliação extrapola a contagem de artigos e foca na qualidade do conjunto da obra, na liderança acadêmica nacional e capacidade de explorar novas fronteiras científicas. Há uma cota máxima (teto de 25% das bolsas) para este nível, tornando o acesso extremamente restrito (CNPq, 2024).

Portanto, a dinâmica própria das bolsas PQ reside na sua natureza de fluxo contínuo de avaliação de performance: para manter a bolsa, a/o pesquisador/a deve manter métricas de produção superiores à média de seus pares a cada renovação. Isso cria um sistema de produtividade constante, em que a perda da bolsa é vista como um desprestígio no campo científico.

Devido ao prestígio e disputa que as bolsas PQ têm no país, elas são fruto de inúmeras pesquisas, que têm se debruçado sobre a distribuição das Bolsas PQ para verificar distorções na sua distribuição, identificando essa distribuição, também como uma forma de hierarquizar a ciência brasileira. Embora as mulheres constituam a maioria dos doutores titulados no País, os estudos (AREAS, 2020; CARVALHO e MOURÃO, 2020; BARROS e SILVA, 2019) têm mostrado que essa equidade não acontece na ocupação do topo da carreira científica, fenômeno evidenciado pela análise dessas.

As pesquisas (AMURABI et al, 2021; PiS, 2023; PiS, 2023a) apontam para dois tipos de segregação. A segregação horizontal refere-se à concentração desigual por áreas do conhecimento: homens predominam nas Ciências Exatas, Engenharias e Agrárias (áreas com maior volume de bolsas), enquanto mulheres se concentram nas Ciências Humanas e da Saúde. Contudo, mesmo em áreas “feminizadas” ou com equilíbrio numérico, como a Psicologia ou a Saúde Coletiva, observa-se a segregação vertical (ou “teto de vidro”): à medida que o nível da bolsa aumenta (do nível 2 para o 1A), a participação feminina diminui drasticamente. Moema Guedes et al. (2015) destacam que, embora tenha

havido um “rejuvenescimento” no perfil geral dos bolsistas na primeira década dos anos 2000, esse processo favoreceu desproporcionalmente homens jovens em detrimento das mulheres.

Um outro ponto levantado pela literatura é a desconstrução da ideia de que a menor presença feminina no topo se deve a uma menor produtividade. Amurabi Oliveira et al. (2021), ao analisarem métricas de 601 bolsistas, constataram que não há diferença estatisticamente significativa na média de produtividade acadêmica ou na publicação em revistas de Qualis superior entre homens e mulheres. Ou seja, mesmo produzindo ciência com a mesma qualidade e quantidade, as mulheres encontram barreiras adicionais para ascender aos níveis 1A e Sênior. Isso sugere que a concessão da bolsa é atravessada por vieses implícitos e práticas que valorizam diferentemente a trajetória masculina e feminina.

Suzane Barros e Luciana Silva (2019), ao utilizarem a metáfora do “labirinto de cristal” mostram que as mulheres finalizam o doutorado mais tarde e ingressam no sistema de bolsas com idade mais avançada do que os homens. Segundo elas, um fator determinante para esta defasagem etária é a maternidade e a divisão sexual do trabalho. Enquanto a produção científica masculina tende a se manter ou crescer após o nascimento de filhos (beneficiando-se do suporte doméstico), a das mulheres sofre impactos ou atrasos, especialmente no período de consolidação da carreira.

Com relação à distribuição regional das bolsas, o estudo feito pelo *Parent in Science* (2023) mostra que a maior concentração de bolsas PQ está na região Sudeste, com 56,5%. A região Sul está em segundo lugar, com 20,4%, seguida pela região Nordeste que concentra 14,3% das bolsas. Em seguida vem a região Centro-Oeste, com 6,3%, e, por último, a região Norte, com 2,5% das bolsas PQ. As distorções na distribuição das bolsas PQ não afetam apenas as trajetórias individuais das mulheres, mas também perpetuam desigualdades estruturais entre as instituições de ensino e pesquisa das diferentes regiões.

Rocelly Cunha, Magda Dimenstein e Candida Dantas (2021), ao incorporarem uma análise interseccional, alertam que a desigualdade de gênero na ciência brasileira é agravada quando se observa o quesito raça. Em análise específica na área da Psicologia, as autoras identificaram que a maioria das bolsistas são brancas (mais de 80%), evidenciando a invisibilidade e a sub-representação severa de mulheres negras e



indígenas no sistema de excelência do CNPq. Isso demonstra que o “prestígio científico” no Brasil ainda carrega as marcas da colonialidade, privilegiando sujeitos brancos e masculinos⁵.

Os estudos destacados acima indicam que a dinâmica das bolsas PQ não é neutra. Ela opera dentro de uma estrutura que, embora formalmente meritocrática, reproduz desigualdades de gênero, região do país e raça, ao não considerar as diferentes condições de vida entre homens e mulheres, perpetuando a concentração de poder e recursos (níveis 1A) nas mãos de uma elite acadêmica predominantemente masculina.

A divisão *hard* e *soft* em dados

A divisão das áreas na ciência fica mais evidente quando se olha para alguns dados do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. Os dois quadros a seguir trazem dados que confirmam as análises feitas no tópico anterior: áreas *hard* e mais prestigiosa são ocupadas majoritariamente por homens e áreas *soft* e com menor prestígio tem um maior número de mulheres pesquisadoras.

O Quadro 1 apresenta o número de pedidos de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) feitos por pesquisadoras e pesquisadores no período de 2021 a 2023, em cada uma das grandes áreas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em todas as nove grandes áreas, apenas em duas, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes houve mais pedidos de bolsas por pesquisadoras. Nas Ciências da Saúde, foram 910 pedidos em 2021; 705 em 2022 e 879 em 2023. Já na área de Linguística, Letras e Artes foram 269 pedidos em 2021, 238 em 2022 e 328 em 2023. Nas demais áreas, a predominância dos pedidos é masculina nos três anos.

⁵ Em 2012, foi aprovada a lei 12.711, de 29 de agosto, que dispõe sobre o ingresso nos cursos superiores de graduação e nos cursos técnicos de nível médio por meio de ações afirmativas, respectivamente, nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Em 2023, essa lei sofreu uma atualização por meio da lei 14.723, de 13 de novembro, que determinou a inclusão de ações afirmativas na pós-graduação. Por ser uma lei recente, ainda não houve tempo para uma mudança no perfil dos bolsistas do sistema de ciência brasileiro.

Quadro 1 - Número de pedidos de bolsa PQ entre 2021 e 2023

Grande Área	2021		2022		2023	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Ciências Exatas e da Terra	464	1830	364	1409	490	1667
Engenharias	373	1189	305	917	382	1098
Ciências Biológicas	802	901	641	694	770	812
Ciências Agrárias	440	901	375	681	415	804
Ciências Humanas	784	816	664	733	918	1047
Ciências Sociais Aplicadas	480	712	429	628	594	782
Ciências da Saúde	910	674	705	558	870	667
Outra	139	218	103	151	139	208
Linguística, Letras e Artes	269	198	238	189	328	267
Total	4661	7439	3824	5960	4906	7352

Fonte: Elaboração da própria autora, em setembro/2024, com base nos dados abertos do CNPq⁶.

Já o Quadro 2, mostra a quantidade de bolsas PQ concedidas no período de 2021 a 2023 para pesquisadoras e pesquisadores. As três grandes áreas com os maiores financiamentos (maior número de bolsas concedidas) destinaram maior parte de seus recursos para homens: Ciências Exatas e da Terra concedeu um total de 2.146 bolsas, sendo 80,75% delas para homens. Na área de Ciências Biológicas, foram 1.719 bolsas, contemplando 54,62% dos pesquisadores. Já nas Ciências Agrárias, foram concedidas 1.404 bolsas e 70,37% delas foram para

⁶ Os dados abertos estão disponíveis no link <https://tinyurl.com/DadosPQCnpq>.



homens. As mulheres de apenas três áreas (que estão em destaque) receberam mais financiamento que os homens de áreas com financiamentos menores: Ciências Humanas, com um total de 1.393 bolsas, sendo 50,39% delas destinadas às mulheres; Ciências da Saúde, com 1.245 bolsas concedidas e 51,49% delas para mulheres; e Linguística, Letras e Artes, com 442 bolsas, sendo 57,01% para mulheres.

Quadro 2 - Quantidade de bolsas PQ concedidas entre 2021 e 2023

Grande Área	Mulheres		Homens		Total
Ciências Exatas e da Terra	413	19.25%	1733	80.75%	2146
Ciências Biológicas	780	45.38%	939	54.62%	1719
Ciências Agrárias	416	29.63%	988	70.37%	1404
Ciências Humanas	702	50.39%	691	49.61%	1393
Engenharias	283	20.58%	1092	79.42%	1375
Ciências da Saúde	641	51.49%	604	48.51%	1245
Ciências Sociais Aplicadas	343	39.47%	526	60.53%	869
Linguística, Letras e Artes	252	57.01%	190	42.99%	442
Outra	94	35.74%	169	64.26%	263
Total	3924	36.15%	6932	63.85%	10856

Fonte: Elaboração da própria, em setembro/2024, com base nos dados abertos do CNPq.

Observamos que existe uma maior participação feminina justamente naqueles programas com menos bolsas e com menor produção acadêmica. Isto pode ser interpretado como uma estrutura que reforça a exclusão das mulheres de áreas que obtêm mais recursos para pesquisa e divulgação científica. Além disso, há uma proporção mais alta de mulheres bolsistas em áreas profissionais historicamente associadas ao trabalho doméstico, familiar, reprodutivo e ao cuidado (Cunha;

Dimenstein; Dantas, 2021). Este recorte com base nas bolsas PQ apresentados nos dois quadros também ajuda a mostrar como a ciência ainda é um campo masculino no Brasil, pois o total de solicitações de bolsas e o total de bolsas concedidas sempre apresenta números maiores para os homens. Para Daniela Vaz,

“a menor produtividade científica das mulheres, quando verificada, é associada a uma ampla gama de fatores: o menor interesse feminino pela carreira, a falta de ambição, a dificuldade em conciliar as atividades profissionais com as pessoais – em razão da distribuição desigual dos encargos domésticos com o cônjuge –, a preferência feminina pela docência em detrimento da pesquisa. Segundo Schiebinger (2001), os homens produzem mais porque estão mais bem situados institucional e hierarquicamente. Ou seja, o melhor desempenho masculino no mundo acadêmico estaria associado ao fato de os homens deterem uma ‘vantagem cumulativa’: pertencendo às instituições mais prestigiadas, têm acesso à maior volume de recursos e a laboratórios mais equipados, o que impulsiona suas publicações” (Vaz, 2013, p. 786).

No caso das solicitações de bolsas, se somarmos os pedidos de 2021 a 2023, teremos um total de 20.751 pedidos feitos por pesquisadores e 13.391 pedidos de pesquisadoras. Quando olhamos para a concessão das bolsas PQ, isto é, os/as pesquisadores/as que foram contemplados com financiamento para suas pesquisas, do total de 10.856 bolsas concedidas no período de 2021 a 2023, 63,85% delas foram destinadas a homens.

Levando em consideração essa distribuição de mulheres e homens nas áreas científicas, “sabe-se que a oposição entre *hard* e *soft* é a forma que assume no terreno da ciência a divisão do trabalho entre os sexos; e isto tanto na divisão do trabalho científico quanto nas representações, na avaliação de resultados etc.” (Bourdieu, 2022, p. 172). Partindo-se desta ideia, quem faria “ciência de verdade” seriam os homens, Miriam Grossi e Caterina Rea (2020, p. 2-3) lembram que é preciso pensar

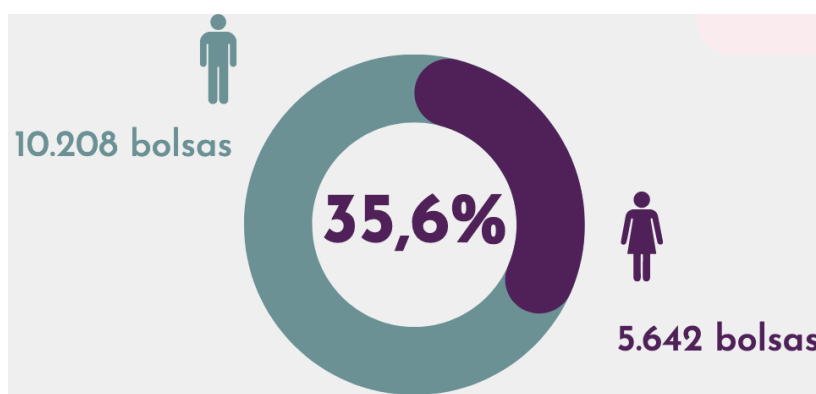
(...) o campo da ciência como um campo de relações de poder, de hierarquias e desigualdades socialmente definidas. Ou seja, o campo científico não é uma dimensão de puras ideias, nem de



fatos e fenômenos naturais diretamente acessíveis em si mesmos (...), ele é um mundo social com suas regras e instituições, onde os critérios de objetividade são sapientemente orquestrados e produzidos em base de acordos ao mesmo tempo políticos e cognitivos.

A organização *Parent in Science* (PiS), grupo formado por cientistas mães e pais que tem como objetivo levantar a discussão sobre a maternidade e paternidade no universo da ciência brasileira, tem estudado os fenômenos do *efeito tesoura*, do *teto de vidro* e do *labirinto de cristal*, que se trata da diminuição do número de mulheres no topo das carreiras. Quanto mais na base, mais mulheres há nos cargos. Porém, conforme se avança para os cargos com mais prestígio e/ou remuneração, o número de mulheres diminui progressivamente. Na página do grupo no facebook, há uma série de postagens analisando a distribuição das bolsas de produtividade do CNPq. Além disso, em 2023, o grupo publicou o relatório “As Bolsas de Produtividade em Pesquisa: uma Análise do Movimento Parent in Science”, com dados atualizados. De acordo com o estudo realizado pelo grupo, 35,6% do total das bolsas foram concedidas para mulheres, sendo que elas “(...) representam 42% dos docentes de pós-graduação no Brasil” (PiS, 2023, p.11). A Figura 1 ilustra esta distribuição das bolsas PQ por sexo do bolsista.

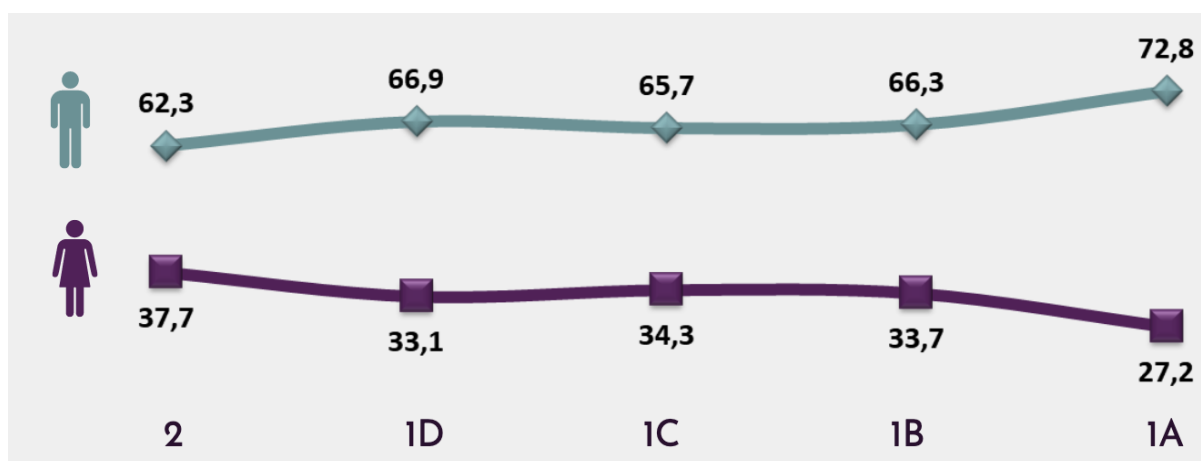
Figura 1 – Distribuição das bolsas PQ vigentes em julho de 2023, por sexo do bolsista.



Fonte: (PiS, 2023, p. 11)

Observa-se que o número de bolsas destinadas às mulheres cai para 27,2% no nível PQ-1A. E a Figura 2 mostra estes dados, ilustrando o efeito tesoura e o fenômeno do teto de vidro: a participação das mulheres diminui com o aumento dos níveis das bolsas. Os dados de 2023 praticamente repetem os dados de 2022, conforme se observa na Figura 3. A diferença maior está apenas no nível 1C, que em 2022 estava em 30,7% e em 2023 vai para 34,3%.

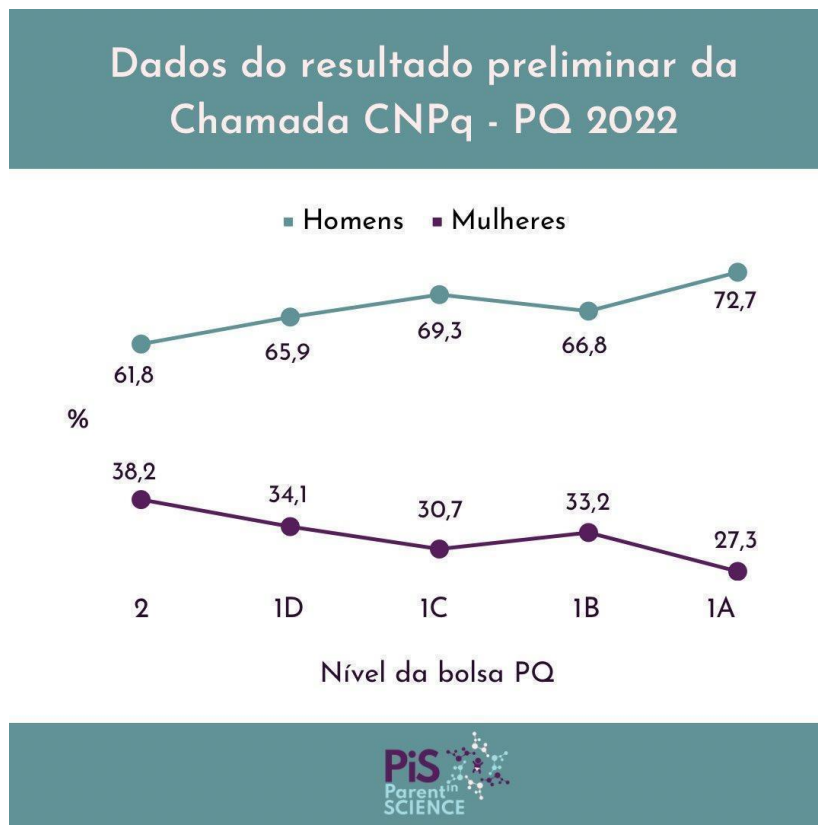
Figura 2 – Distribuição das bolsas PQ vigentes em julho de 2023, por sexo do bolsista, nos níveis de bolsa



Fonte: (PiS, 2023, p. 11)



Figura 3 – Distribuição das bolsas PQ vigentes em 2022, por sexo do bolsista, nos níveis de bolsa

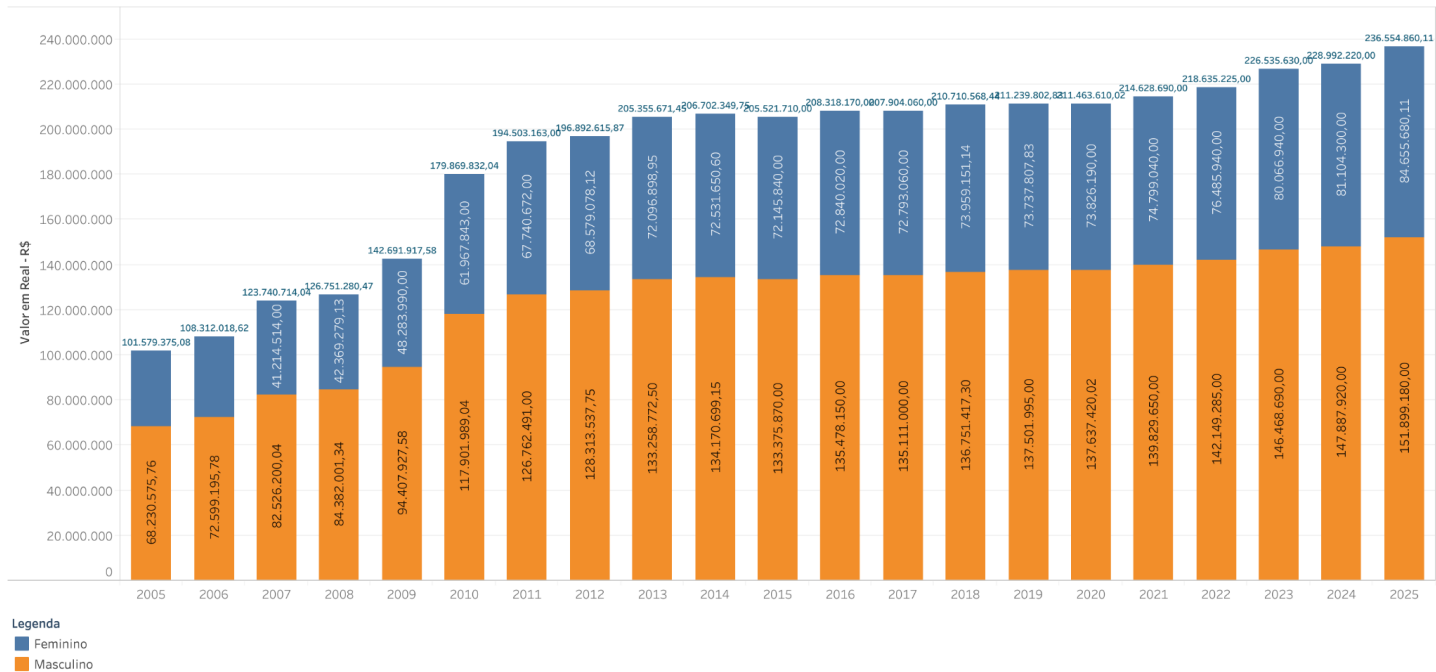


Fonte: Facebook do *Parent in Science*

(<https://www.facebook.com/parentinscience/photos/a.4157058581051499/5619842481439761>)

Ao consultarmos os dados no Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação, do CNPq, e filtrarmos por sexo, a distribuição das Bolsas PQ, no período de 2005 a 2025, aparece da seguinte forma:

Figura 4 - Distribuição financeira das bolsas PQ, por sexo no período de 2005 a 2025.



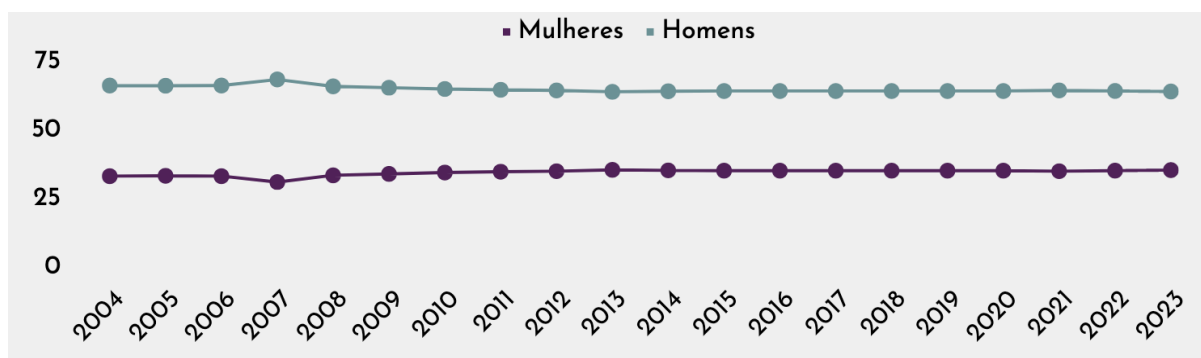
Fonte: CNPq (202-?)

Ao observar a série histórica de valores pagos, constata-se que a distribuição de recursos não reflete a equidade de gênero da comunidade científica atual (com mais mulheres no sistema de pós-graduação). No recorte de gênero, a assimetria financeira é persistente: ao longo de duas décadas, os pesquisadores do sexo masculino (barra laranja) retiveram consistentemente cerca de dois terços do montante total de recursos, alcançando uma previsão de mais de R\$ 151 milhões em 2025, contra R\$ 84 milhões destinados às mulheres. Essa disparidade orçamentária evidencia que o teto de vidro (BARROS; SILVA, 2019) possui uma dimensão financeira direta: as mulheres, concentradas nos níveis iniciais (que pagam menos), acessam uma fatia significativamente menor do financiamento científico.

Quando olhamos para a distribuição das bolsas PQ ao longo dos anos, na Figura 5, é possível observar que não houve qualquer alteração significativa “(...) em 20 anos: 33,4% em 2004 e 35,6% em 2023” (PiS, 2023, p. 19):



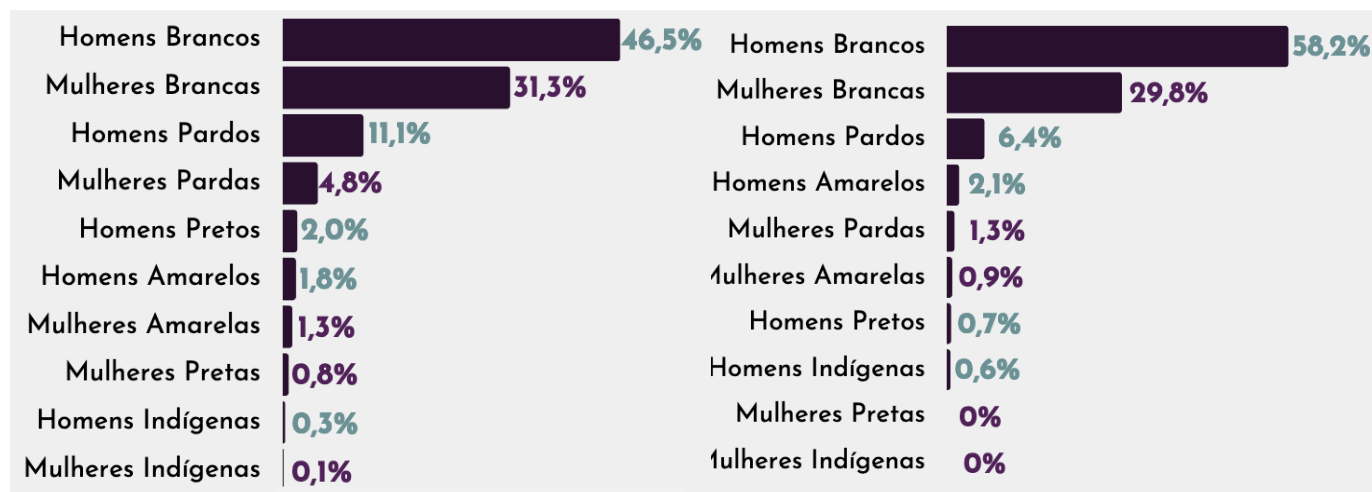
Figura 5 – Distribuição das bolsas PQ vigentes, de 2004 a 2023, por sexo do bolsista



Fonte: (PiS, 2023, p. 19)

Outro dado extremamente importante que este documento apresenta é com relação a distribuição das bolsas produtividade por raça. A Figura 6 compara esta distribuição, fazendo a extratificação por sexo e raça. Do lado esquerdo são os dados da distribuição das bolsas PQ vigentes em julho de 2023, por raça/cor e sexo do bolsista. Do lado direito estão os mesmos dados, porém referente à distribuição das bolsas PQ-1A.

Figura 6 - Distribuição das bolsas PQ e PQ-1A vigentes em julho de 2023, por raça/cor e sexo do bolsista



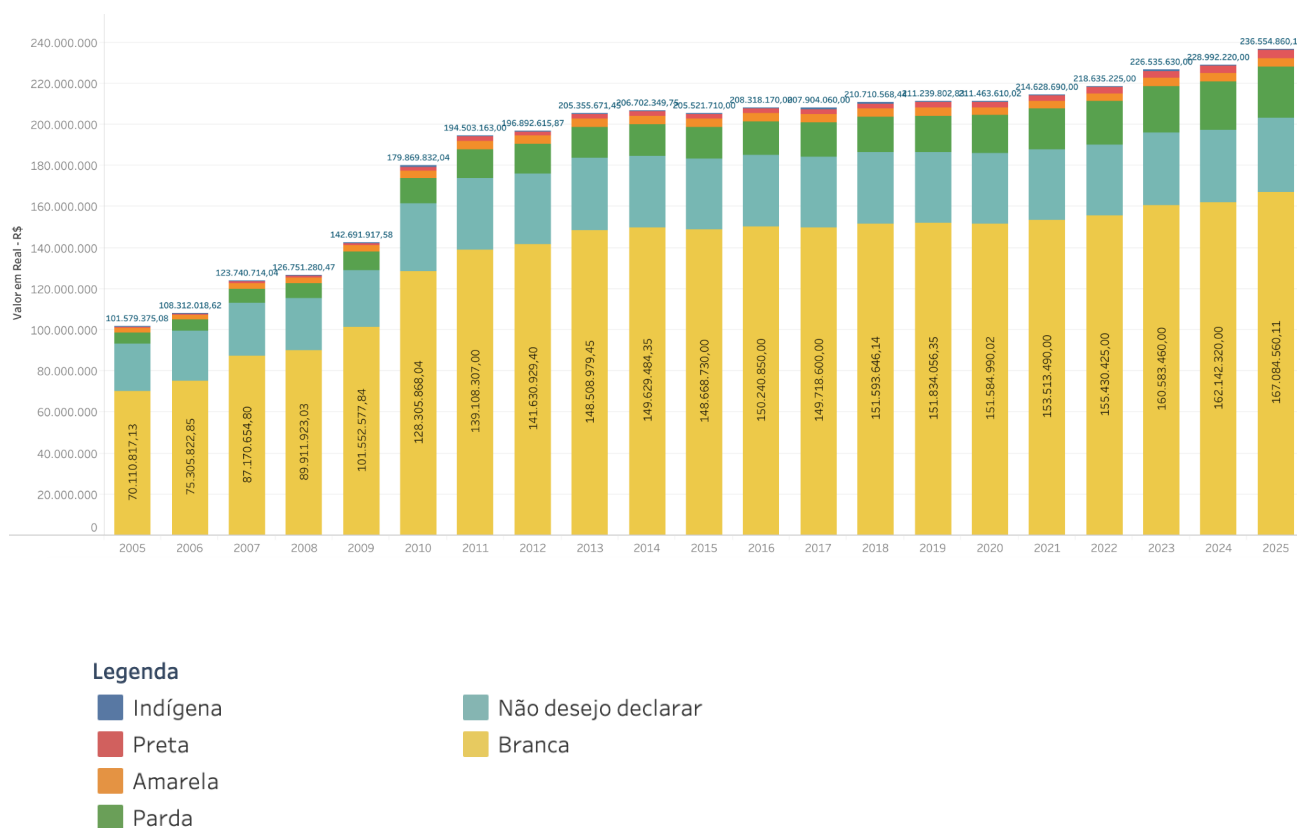
Fonte: (PiS, 2023, p. 22).

Homens brancos são os que mais recebem bolsas PQ de forma geral e também a PQ-1A. As mulheres brancas vêm em segundo lugar nesta distribuição e os homens pardos, em terceiro. As mulheres pardas, que estão em quarto lugar na distribuição geral, são ultrapassadas pelos homens amarelos nas bolsas PQ-1A. O dado mais crítico, porém, além da distribuição extremamente desigual das bolsas para pessoas negras e indígenas, é o de mulheres pretas e indígenas não terem bolsas PQ-1A.

Ao filtrarmos os dados de raça/cor no *Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação*, do CNPq, encontramos na Figura 7 a seguinte distribuição das Bolsas PQ no período de 2005 a 2025:



Figura 7 - Distribuição financeira das bolsas PQ, por raça/cor no período de 2005 a 2025.



Fonte: (CNPq, 202-?).

Ao analisarmos os dados financeiros disponibilizados pelo Painei, fica visível a desigualdade racial na distribuição das Bolsas PQ. O gráfico de valores pagos por raça/cor revela uma hegemonia de pessoas brancas no topo da hierarquia científica nacional. Ao longo de duas décadas, a categoria “Branca” ficou com a maior fatia do orçamento, mantendo-se em um patamar próximo a 70% do total de recursos distribuídos, desde os R\$ 70 milhões em 2005 até os mais de R\$ 160 milhões previstos para 2025. Em contrapartida, as categorias “Preta” e “Indígena” ocupam posições marginais, representadas por faixas pequenas no topo do gráfico, evidenciando o que a literatura (CUNHA et al., 2021) denuncia: a manutenção de um perfil de elite acadêmica que pouco se alterou, a

despeito das políticas de ações afirmativas implementadas no ensino superior desde o início dos anos 2000.

Conclusão

O *teto de vidro*, o *efeito tesoura* e o *labirinto de cristal* não seriam, então, ações específicas que impedem as mulheres de avançar em suas carreiras, mas, sim, todo e qualquer fator que forma essa barreira para a ascensão: “(...) inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores (...)” (Lima, 2013, p. 886). Desta maneira, diferentes formas de discriminação, a divisão sexual do trabalho, a maternidade, o trabalho de cuidado, o machismo e as violências são alguns dos exemplos de *tetos de vidro* com os quais as cientistas e pesquisadoras precisam lidar. Betina Lima (2013) indica que todos esses obstáculos que se apresentam para as mulheres, simplesmente por elas serem mulheres, aparecem ao longo de toda a sua trajetória, antes mesmo de escolherem sua área de atuação. A análise dos dados do CNPq, especialmente a ausência de mulheres pretas e indígenas no nível PQ-1A, ratifica que a ciência não é um campo neutro, mas um espaço de relações de poder e privilégios situados.

As perspectivas dominantes (e masculinas) na ciência, porém, vêm sendo questionadas. Contrapondo-se à visão dicotômica e hegemônica temos como exemplo movimentos como o *Parent in Science* e a *Rede Brasileira de Mulheres Cientistas*, que questionam a distribuição dos “privilégios” da ciência brasileira. Além disso, “esta visão dicotômica da ciência enquanto saber imparcial, neutro e objetivo, em oposição com um conhecimento subjetivo, supostamente ‘feminino’, foi criticada, a partir dos anos 1980, pelas epistemologias feministas (...)” (Fernandes; Rea; Grossi, 2020, p. 281).

A análise dos dados de concessão de bolsas do CNPq confirma que a distinção entre *hard* e *soft sciences* opera como um mecanismo político de distribuição desigual de capital científico. Observamos que as áreas compreendidas como masculinas (*hard*), Ciências Exatas, da Terra e Agrárias, concentram não apenas o maior volume de bolsas, mas também a maior fatia do orçamento, perpetuando uma vantagem para os homens. Em contrapartida, as mulheres, embora maioria em áreas *soft* como Linguística, Letras e Artes, continuam sub-representadas no



acesso aos recursos financeiros, o que reflete uma desvalorização simbólica e material dos campos historicamente feminizados.

Essas disparidades numéricas materializam os conceitos teóricos explorados. A representação gráfica da distribuição das bolsas evidencia o efeito tesoura: partimos de uma base onde as mulheres disputam espaço, mas à medida em que o nível de prestígio aumenta, sua presença diminui, chegando a apenas 27,2% no nível de excelência (PQ-1A). Este afunilamento não ocorre por falta de competência, mas pela imposição de um teto de vidro institucional que bloqueia a ascensão feminina ao topo da hierarquia. Contudo, não se trata apenas de uma barreira final; as trajetórias dessas pesquisadoras são marcadas pelo labirinto de cristal, composto por obstáculos constantes, como a sobrecarga do trabalho de cuidado, por exemplo, que tornam a progressão na carreira mais lenta e difícil. Os dados também revelam que o prestígio científico no Brasil tem cor, gênero e localização: homens brancos detêm a hegemonia das bolsas de nível 1A (58,2%), enquanto mulheres pretas e indígenas são estatisticamente apagadas desse espaço de poder. Somado a isso, há uma grande concentração de recursos na região Sudeste (56,5%) em detrimento do Norte (2,5%) que perpetua desigualdades estruturais entre as instituições de ensino do país.

A neutralidade científica é um mito que serve à manutenção de privilégios. Ao reconhecermos, com Donna Haraway, que todo conhecimento é um **saber localizado**, torna-se evidente que a ciência brasileira está situada a partir de uma perspectiva masculina e branca. Superar essas assimetrias exige mais do que o aumento numérico de mulheres; demanda uma transformação que valorize a pluralidade de sujeitos e rompa com as hierarquias que separam o *hard* do *soft*. Assumir uma “perspectiva parcial” e engajada pode ajudar a construir uma ciência que não apenas inclua mulheres, mas que seja pautada por uma ética plural.

Referências:

AREAS, Roberta *et al.* **Gender and the scissors graph of Brazilian science: from equality to invisibility.** [S. l.]: Open Science Framework, 2020. preprint. Disponível em: <https://osf.io/m6eb4>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; SILVA, Luciana Mourão Cerqueira e. Desenvolvimento na carreira de bolsistas produtividade: uma análise de gênero. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 68–83, 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022. Disponível em: Acesso em: 26 jun. 2024.

CARVALHO, Suzane; MOURÃO, Luciana. Trajetória Profissional de Mulheres Cientistas à Luz dos Estereótipos de Gênero. **Psicologia em Estudo**, [s. l.], v. 25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/46325>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Bolsas Individuais no País:** Resolução nº 12, de 9 de agosto de 2024. Brasília, DF: CNPq, 2024. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_00ED/10157/21801223. Acesso em: 02 fev. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Painel de Fomento CTI.** Brasília, DF: CNPq, [202-?]. Disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/index.html>. Acesso em: 02 fev. 2026.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>, Acesso em: 1 set. 2025.



CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CUNHA, Rocelly; DIMENSTEIN, Magda; DANTAS, Candida. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. **Saúde em Debate**, [s. l.], v. 45, n. spe1, p. 83–97, 2021.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; REA, Caterina Alessandra; GROSSI, Miriam Pillar. À sombra dos homens: a participação de mulheres na biologia no sul do Brasil. *Em*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.). **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 277–296. ISBN: 978-65-86602-03-6. Disponível em: <https://nigs.ufsc.br/>.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 167–206, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra. Mulheres na ciência/gênero e ciência: construção de um campo ou de dois campos de pesquisa? *Em*: **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 1–6. ISBN: 978-65-86602-03-6.

GUEDES, Moema De Castro; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 45, p. 367–399, 2015.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 5, p. 07–41, 2009. ISSN: 0104-8333.

KLÖPPEL, Bruna; GROSSI, Miriam Pillar. Um olhar de gênero sobre a história das mulheres na Antropologia brasileira: Ruth Cardoso e Eunice Durham. *Em*: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.).

Teoria feminista e produção de conhecimento situado: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 29–40. ISBN: 978-65-86602-03-6. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217561>.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 883–903, 2013.

LÖWY, Ilana. Por que tão devagar? Os obstáculos para a igualdade dos sexos na pesquisa científica. Em: GROSSI, Miriam Pillar; REA, Caterina Alessandra (org.). **Teoria Feminista e Produção de Conhecimento Situado: Ciências Humanas, Biológicas, Exatas e Engenharias.** Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 231–246.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 653–679, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi et al. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações**, [s. l.], n. 27, p. 75–93, 2021.

PARENT IN SCIENCE (PiS). **As Bolsas de Produtividade em Pesquisa: uma Análise do Movimento Parent in Science.** Porto Alegre: Parent in Science, 2023. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/documentos>.

PARENT IN SCIENCE. **Relatório: Bolsas de Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-Sr) - CNPq.** [S. l.]: [s. d.], 2023a. Disponível em: https://www.parentinscience.com/files/ugd/ob341b_17c9ea2f936c438580f387foc6637b21.pdf. Acesso em: 21 fev. 2026.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Masculino,**



Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21–41.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017. 111 p. (Feminismos Plurais). ISBN: 978-85-953004-0-8. Acesso em: 4 maio. 2021.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda Effect in Science. **Social Studies of Science**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 325–341, 1993. ISSN: 0306-3127, 1460-3659. DOI: [10.1177/030631293023002004](https://doi.org/10.1177/030631293023002004).

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001. 348 p. ISBN: 85-7460-063-6.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 71–99, 1990.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 765–790, 2013. ISSN: 0104-0618. DOI: [10.1590/S0104-06182013000300007](https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007).

VIANNA, Keyth. Escrita afetiva: uma ferramenta política para as mulheres-mães-cientistas. Em: FARIAS, Camila Peixoto; LUCZINSKI, Giovana Fagundes (org.). **Tecendo cartas: (sobre)vivências de mulheres na universidade**. São João de Meriti: Desalinho, 2022. p. 95–100. ISBN: 978-65-88544-24-2. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-o-9/149/1170149/ldYsHGEB/72b08128384e471b92167a88e9e5434d?fileName=Camila%20Farias%20Miolo%20Digital.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Between Hard and Soft: Gender Disparities in the Granting of CNPq Productivity Fellowships

This article analyzes, through the analytical lens of gender and from the perspective of Donna Haraway's (2009) "situated knowledges" and feminist epistemologies, the underrepresentation of women in Brazilian science: specifically, the distribution of CNPq Research Productivity (PQ) grants, which are one of the symbols of prestige and scientific recognition in Brazil. The article also compares this access and underrepresentation in science with another strongly masculine field: politics. Based on the analysis of data from between 2021 and 2023, the text explores concepts such as the Matilda Effect, the crystal labyrinth, the glass ceiling, and the scissors effect, as well as criteria of "neutrality" and "objectivity," demonstrating that women's participation decreases as they advance to the highest levels of the scientific career. Grounded in feminist science studies, the data reveal that white men are the primary recipients of the most prestigious grants (PQ-1A), while women—particularly Black and Indigenous women—face the most severe exclusion at these levels. Finally, the work proposes the valorization of "situated knowledges" (Donna Haraway, 2009) as an alternative for a more ethical, plural, and engaged science.

KEY-WORDS: Gender and Science. Situated Knowledges. Research Productivity Grants.

Carolina GIORDANO BERGMANN,

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mestra em Música pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Graduada em Educação Artística, com Habilitação em Música, pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS - UFSC). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). E-mail:

carolinabergmann@gmail.com. Orcid:
<https://orcid.org/0000-0002-7989-2464>

Recebido em: 05/01/2026

Aprovado em: 27/02/2026